O Juiz das Garantias

Sergio Demoro Hamilton

Procurador de Justiça (aposentado) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Professor Universitário (aposentado).

RESUMO: Discute-se aqui o atual projeto de CPP que diz que o juiz das garantias assumirá todas as funções tipicamente jurisdicionais, no objetivo de assegurar o distanciamento do juiz do processo, responsável pela decisão de mérito, deixando para o destinatário material da atividade investigatória, ou seja, para o Ministério Público, as funções que lhe competem, isto é a, de buscar elementos de convicção para acusar, ou não, o investigado. Como observa a "Exposição de Motivos" (item III), "a investigação não serve e não se dirige ao Judiciário", ao contrário, está voltada para as atribuições do Ministério Público.

PALAVRAS-CHAVE: Juiz das Garantias. Projeto de Código de Processo Penal.

1. O princípio acusatório insculpido na Constituição Federal de 1988 (art. 129, I) trouxe como consequência lógica a vedação de atividade instrutória do juiz na fase de investigação que precede o início da ação penal pública, com o fito único de preservar o distanciamento do magistrado do processo daquele momento procedimental, uma vez que a busca da materialidade e da autoria da infração penal na investigação preliminar nada tem que ver com a função jurisdicional. O inquérito policial (ou qualquer outra peça de informação), neste momento, é direcionado ao Ministério Público. Deferir-se, dessa forma, ao juiz das garantias a tutela da legalidade da investigação criminal e a salvaguarda dos direitos individuais, "cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário" (art. 15), pois, em última análise, "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (art. 5º, XXXV, da CF). É por tal razão que as "cláusulas de reserva da jurisdição" previstas na Constituição da República ficam, nesta fase, como não poderia deixar de ocorrer, deferidas somente ao juiz, no entanto não será o juiz do processo que irá decidir a causa penal.

Impõe-se pôr em destaque que os atos do juiz não guardam qualquer relação com a investigação do fato criminoso na fase preliminar. Esta destina-se à formação da *opinio delicti* por parte do Ministério Público. A distinção, como de observação tranquila, é ontológica entre as duas situações jurídicas que se fazem presentes na investigação pré-processual. Daí a vedação de qualquer atividade instrutória ao juiz na fase de pura investigação preliminar, no propósito da colheita de dados que possam configurar a pretensão do Ministério Público. Por outro lado, as garantias constitucionais do *Parquet* advindas da Constituição Federal de 1988 conferem àquela instituição total independência para bem apurar os fatos que irão embasar a formação de seu convencimento sem a necessidade de qualquer tutela do Judiciário.

Página 19. DOUTRINA - Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal Nº 60 Jun-Jul/2014

Como salienta a "Exposição de Motivos" do projeto 1, buscou-se o "fortalecimento das funções de investigação" e a "responsabilidade processual do Ministério Público", providência que não importa, um mínimo que seja, em alheamento da figura do juiz pela sorte do feito. Uma vez provocada a jurisdição, com a oferta da acusação, caberá ao juiz do processo assumir, na plenitude, o exercício de seu poder jurisdicional.

Países como Portugal, Itália, Espanha e Alemanha, "que também adotam o modelo acusatório" assemelhado ao nosso, optam pelo fortalecimento das funções de investigação, conforme bem afirma o item II da "Exposição de Motivos" ao motivar a orientação seguida no projeto.

Na verdade, o juiz *de* garantias ou, como consta do projeto, juiz *das* garantias, assumirá, nesta fase, todas as funções tipicamente jurisdicionais, no objetivo de assegurar o distanciamento do juiz do processo, responsável pela decisão de mérito, deixando para o destinatário material da atividade investigatória, ou seja, para o Ministério Público, as funções que lhe competem, isto é, a de buscar elementos de convicção para acusar, ou não, o investigado. Como observa a "Exposição de Motivos" (item III), "a investigação não serve e não se dirige ao Judiciário", ao contrário, está voltada para as atribuições do Ministério público.

Bem sei das dificuldades de ordem pessoal (juízes e serventuários) e material (instalações adequadas) que a providência enfrentará, principalmente no estabelecimento da novidade nas pequenas comarcas. Igualmente, o Ministério Público terá que se dotar de promotores com atuação em tais juízos. Haverá, necessariamente, modificação da organização judiciária e nas promotorias de investigação criminal para acudir às necessidades do novo regime. Porém, não há negar que o princípio acusatório, aplicado de forma ortodoxa, exige o caminho traçado no projeto.

Página 20. DOUTRINA - Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal Nº 60 Jun-Jul/2014

2. Passa-se, agora, ao exame do Capítulo II do Título II do Livro I, que se ocupa do "juiz das garantias", mais precisamente dos arts. 15 a 18 do projeto.

O art. 15, *caput*, fixa os limites de atuação do "juiz das garantias". Ele será o responsável pelo "controle da *legalidade* da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário". Definidas claramente pelo projeto as funções do juiz das garantias, resta indicar os casos em que se dará a sua atuação.

Desde logo, impõe-se uma observação: a enumeração constante do art. 15 não se apresenta taxativa. Ao usar o referido dispositivo a expressão "competindo-lhe especialmente" na sua parte final, está a indicar que a longa lista de atribuições não exaure todos os

casos em que se dará a intervenção do magistrado. Aliás, a norma de encerramento do art. 15, XIV, deixa claro que a enumeração do art. 15, apesar de longa, é meramente exemplificativa.

3. O inciso I do art. 15 obriga a comunicação imediata da prisão do investigado nos termos do inciso LXII do art. 5º da CR. Na atualidade, a comunicação em tela é feita ao juízo competente ou para o juízo de plantão, caso a prisão não se dê em dia útil.

É de se observar, contudo, as peculiaridades de que se reveste a prisão quando ela se der na vigência do estado de defesa, desde que se trate de crime contra o Estado (art. 136, § 3º, da CF).

A Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75/93, art. 10, parágrafo único) igualmente determina tal comunicação endereçada, agora, ao *Parquet*, dispositivo que se aplica, em razão do princípio da simetria, ao Ministério Público dos Estados (art. 80 da Lei nº 8.625/93). Com efeito, a LONMP estabelece que aplicam-se, subsidiariamente, ao Ministério Público dos Estados, as normas da Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Registre-se, ainda, que a Defensoria Pública também terá que ser cientificada da prisão, nos termos do art. 306, § 1º, do CPP (com a redação dada pela Lei nº 11.449, de 15.01.07). Porém, Damásio de Jesus [2](#) entende que o descumprimento dessa norma não provoca o relaxamento do flagrante.

De qualquer maneira, constata-se que haverá severo controle a respeito da legalidade da prisão do investigado, tantas são as comunicações feitas a diversas autoridades.

Página 21. DOUTRINA - Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal Nº 60 Jun-Jul/2014

É preciso que se tenha em mente que, caso as regras previstas no projeto venham a ser transformadas em lei, haverá manutenção dos termos da Lei nº 12.403/2011, que retirou a autonomia da prisão em flagrante como cautelar. Com efeito, de acordo com a legislação em vigor, a prisão em flagrante, na atualidade, será convalidada pelo juiz em preventiva, após o recebimento dos autos. E o art. 15, II, que será examinado, alude ao art. 543, que, no inciso II, se refere à conversão da prisão em flagrante em preventiva.

Constitui, contudo, manifesto equívoco a afirmação de que a prisão em flagrante foi expurgada de nosso direito, uma vez que prevista na Constituição Federal (art. 5º, LXI).

É de leitura obrigatória a crítica irresponsável de Marcellus Polastri Lima [3](#) a respeito dos termos da Lei nº 12.403/2011, que retirou da prisão em flagrante seu caráter autônomo como custódia cautelar, abrigada que está pela própria Constituição Federal.

A prisão em flagrante, no projeto, ganhou regulamentação dos arts. 537 a 543, e a prisão provisória dos arts. 523 a 554, estando toda a matéria relacionada no Livro III que se ocupa das medidas cautelares em geral (arts. 513 a 526), nelas incluídas, também, as cautelares pessoais, que não importam na privação da liberdade individual, além das cautelares reais.

No regime em vigor, a privação da liberdade individual é, por imposição constitucional (art. 5º, LXII), imediatamente comunicada à autoridade judiciária. No projeto, no entanto, tal notícia será dirigida ao juiz das garantias, e não ao juiz do processo.

4. Ao receber o auto de prisão em flagrante, incumbe ao juiz das garantias, conforme o caso, tomar as providências a que se refere o art. 543 do projeto. É o que indica o art. 15, II, em análise. Torna-se necessário distinguir a comunicação imediata da prisão, tratada no inciso I, da recepção do auto de prisão em flagrante, aqui examinada. Nesta última, o juiz já tem uma visão completa das causas que motivaram o flagrante, podendo relaxar a prisão ilegal, converter a prisão em flagrante em preventiva, arbitrar fiança ou aplicar outras medidas cautelares adequadas ao caso concreto e, ainda, conceder liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, pena de revogação. As medidas cautelares estão reguladas no Livro III (art. 513 e seguintes), sejam elas pessoais, sejam elas reais, conforme já indicado no item 3, *supra*, e no art. 543.

Página 22. DOUTRINA - Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal Nº 60 Jun-Jul/2014

5. O item III estabelece que incumbe ao juiz das garantias zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este venha a ser conduzido à sua presença. Impõe-se registrar que as garantias a que se refere o art. 63 e seus parágrafos encontram aplicação também na fase pré-processual, amparando o investigado.

Outro direito do preso consiste na alegação de suspeição ou impedimento da autoridade policial, competindo ao juiz das garantias a decisão sobre o incidente. É interessante observar que o código em vigor veda a arguição de suspeição das autoridades policiais (art. 107 do CPP), podendo, no entanto, ela mesma, a autoridade policial, declarar-se suspeita, desde que vislumbre razão para tal. Agora, com a presença do juiz das garantias, fica assegurado ao investigado ampla liberdade para recorrer ao Judiciário, esteja ele preso ou não (art. 429, parágrafo único).

6. O inciso IV assegura ao juiz das garantias ser informado a respeito da abertura de qualquer inquérito policial. É evidente que o juiz das garantias deve ficar ciente para que possa examinar e controlar a legalidade daquele procedimento, esteja, ou não, o investigado preso. Não somente a instauração do inquérito policial deve ser comunicada ao Judiciário; nos casos de investigação direta, o órgão de atuação do Ministério Público, da mesma forma, deverá dar ciência da ocorrência de qualquer procedimento criminal, assim como comunicar o arquivamento do inquérito policial (art. 40). Da mesma maneira, o promotor de justiça dará ciência ao juiz das garantias a respeito do encaminhamento dos autos a outro órgão do *Parquet* caso lhe ocorra falta de atribuição para a causa (art. 35, III). É preciso que seja entendido que o regime de arquivamento no projeto [4](#), obediente ao princípio acusatório, exclui qualquer participação do Poder Judiciário no procedimento em questão, modificando, por completo, o rito do art. 28 da atual legislação processual penal. O arquivamento, no projeto, é determinado pelo Ministério Público (art. 35, IV), ficando sujeito a controle externo da vítima (arts. 37 a 40). Daí a necessidade de o Ministério Público informar a instauração de investigação direta por ele levada a efeito, e, por óbvio, a autoridade policial também deverá fazê-lo no caso da instauração de inquérito policial. O Ministério Público, igualmente, deverá comunicar o arquivamento do inquérito policial ao juiz das garantias, para as providências a que se refere o art. 40, relacionadas não só com o arquivamento propriamente dito como também para a baixa dos procedimentos e respectivos registros na instância judiciária (art. 40). O juiz das garantias, por seu turno, deve ser informado no caso de mudança de atribuição do órgão de execução do Ministério Público para oficiar na causa (art. 35, III), como já posto em relevo.

Os dispositivos citados complementam o disposto no art. 15, IV.

7. O art. 15, V, estabelece que incumbe ao juiz das garantias decidir sobre o pedido de prisão provisória ou outra medida cautelar. A prisão provisória vem disposta nos arts. 523 a 554.

Na fase de investigação, não cabe ao juiz atuar de ofício, pela simples razão de que ainda não há processo. Assim disposto, incumbirá à autoridade policial ou ao Ministério Público requerer a prisão provisória ou, ainda, qualquer outra medida cautelar. Porém, como ressalta a "Exposição de Motivos", reserva-se ao juiz a possibilidade de reexaminar sua decisão, sempre que entender adequada a providência (item VII, II). Nesta última hipótese, não se considera como uma atuação de ofício do magistrado, há mera correção de rumo por parte do juiz.

Três observações são necessárias a respeito da prisão temporária no sentido de evitar qualquer abuso na aplicação da cautelar:

- a) a prisão provisória não poderá ser utilizada com o *único* objetivo de interrogar o investigado (art. 551, § 2º);
- b) no caso de representação da autoridade policial, o juiz, *antes* de decidir, terá de ouvir o Ministério Público (art. 553); e
- c) rigidez na observância dos prazos da medida (arts. 552 e 553, § 4º).

8. Ocupa-se o inciso VI do art. 15 da possibilidade de prorrogação da prisão provisória ou de outra medida cautelar, bem como da possibilidade de substituí-las ou revogá-las. É da natureza das medidas cautelares a preventividade, a provisoriedade, a revogabilidade e a assessorialidade. Se assim é, ela se aplica sempre com um caráter de não definitividade, guardando, igualmente, uma relação de adequação e proporcionalidade com a hipótese em exame, buscando o juiz, sempre, a aplicação de medida cautelar menos gravosa, desde que ela sirva à proteção da finalidade que o caso concreto está a exigir, seja ela pessoal ou real.

É o que está dito no inciso VI *sub examine*.

As cautelares estão previstas no Livro III, arts. 513 a 626.

9. Incumbe, também, ao juiz das garantias decidir sobre o pedido de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa (art. 15, VII).

Provas urgentes e não repetíveis são aquelas que, provavelmente ou mesmo possivelmente, serão apagadas com o decurso do tempo.

O projeto faz alusão a elas nos arts. 190 e 228. O Título VIII ("Da Prova") do Livro I, no Capítulo II, Seção III, ao dedicar-se às disposições especiais relativas à inquirição de crianças e adolescentes, estabelece, no art. 190, que, na fase de investigação, ao decidir sobre o pedido de produção antecipada de prova testemunhal, o juiz das garantias atentará para o risco de redução da capacidade de reprodução dos fatos pelo depoente, tendo em vista tratar-se de pessoa em desenvolvimento, observando, quando recomendável, o procedimento do art. 189. Em complemento, o art. 189 estabelece, com minúcias, as diversas etapas que a inquirição da criança e do adolescente deverá observar.

10. Por seu turno, o art. 228, inserido no Livro I, Título VIII, Capítulo III, Seção I, que versa a respeito "Dos Meios de Obtenção da Prova", ocupa-se da "Busca e Apreensão", mandando que se observe nas diligências previstas naquela seção o disposto no art. 15, no que couber.

O Código atual, de certa forma, não ignorou a produção antecipada de prova, fazendo-o, no entanto, de forma canhestra, pois que se refere apenas à prova testemunhal (art. 225).

11. Outra atribuição do juiz das garantias consiste em prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado preso, atendendo as razões apresentadas pela autoridade policial quando da sua representação (inciso VIII). As razões da autoridade policial, seria ocioso ressaltar, deverão ser fundamentadas, justificando os motivos que o levaram a assim proceder. Mesmo assim, somente decidirá a respeito da prorrogação pretendida após a ouvida do Ministério Público e no período máximo de 10 dias, após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será revogada (art. 15, parágrafo único).

Assinale-se, ainda, que o período máximo de duração da prisão preventiva, quando decretada na fase da investigação, é de 180 dias (art. 546, I).

12. Dada a relevância da medida, pode-se dizer que o inciso IX é um ponto fora da curva, que viola o sistema acusatório. Com efeito, ali está dito que o juiz das garantias pode determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver "fundamento razoável" para a sua "instauração ou prosseguimento". Na verdade, a aludida providência deveria ser precedida da manifestação do Ministério Público.

O que é falta de fundamento razoável?

No meu entendimento, ela se daria quando inexistisse prova alguma do fato ou da autoria ou, ainda, por ausência de justa causa, por ausência de tipicidade do evento e, por fim, pela ocorrência da extinção da punibilidade.

De qualquer forma, o Ministério Público deverá, pelo menos, ser intimado da decisão, uma vez que contra ela cabe agravo no prazo de 10 dias (art. 462).

Pelo que se lê do inciso IX, a medida judicial tem cabimento de imediato, quando da instauração do inquérito ou, ainda, no decorrer de seu andamento. Desde que falte fundamento razoável, a providência, nesse aspecto, retrata boa economia processual, pois não teria sentido prosseguir numa investigação fadada ao insucesso. Fica, porém, registrada a ressalva assinalada, no objetivo de resguardar a ortodoxia do sistema acusatório.

13. Há pouco o que dizer a respeito do inciso X, que autoriza o juiz das investigações a requisitar documentos, laudos e informações da autoridade policial sobre o andamento da investigação.

Trata-se do poder de requisição que qualquer juiz dispõe e que é inerente ao exercício da jurisdição.

Assinale-se que, embora no caso ele esteja voltado para a autoridade policial, o poder de requisitar do juiz das garantias pode ser direcionado a qualquer outra autoridade, desde que relacionado com a investigação respectiva.

14. O inciso XII refere-se a quatro decisões sobre pedidos (*rectius*, requerimentos) especificados na lei. É certo que na longa enumeração constante do art. 15, há outros casos, já analisados, de "pedidos" dirigidos ao juiz das garantias (incisos V e VII).

O acesso a informações sigilosas abrange a interceptação telefônica ou do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática; a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico; e a busca e apreensão domiciliar e outros meios de obtenção da prova que restrinjam direitos fundamentais do investigado, cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário (letras a a d).

A matéria em questão vem regulada no Livro I, Título VIII, Capítulo III, este integrado por sete seções e duas Subseções, ou, mais precisamente, compreendido, todo o tema, nos arts. 217 a 251.

15. Compete, ainda, ao juiz das garantias julgar o *habeas corpus* impetrado antes do oferecimento da denúncia (art. 15, XIII). É que, como sabido, a sua competência se exaure quando da propositura da ação penal (art. 16). Após, toda competência passará para o juiz do processo. A matéria voltará a ser examinada, com maior vagar, quando do exame do art. 16.

Página 26. DOUTRINA - Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal Nº 60 Jun-Jul/2014

16. O art. 15 contém uma norma de encerramento (inciso XIV) que fixa ser da competência do juiz das garantias outras matérias inerentes às suas atribuições, mostrando, sem sombra de dúvida, que a enumeração do aludido dispositivo é meramente enunciativa, tal como assinalado no início do presente estudo (2, *supra*).

17. O art. 16 trata da competência do juiz das garantias, que será abrangente de todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo, cessando sua competência com a *propositura* da ação penal.

Quanto às infrações de menor potencial ofensivo, o projeto delas se ocupa quando trata de procedimento sumaríssimo (arts. 273 a 301) que incorporou os princípios constantes da Lei nº 9.099/95, não tendo sentido incluí-lo na competência do juiz das garantias, pois nele não há sequer inquérito policial, conforme se lê do art. 284.

Uma vez proposta a ação penal, como posto em destaque, a competência passa para o juiz do processo, incluindo-se as questões pendentes (art. 16, § 1º).

Outra observação importante reside no fato de que as decisões proferidas pelo juiz das garantias não vinculam o juiz do processo, que poderá reexaminá-las (art. 16, § 2º).

De qualquer maneira, os autos em que se praticaram os atos perante o juiz das garantias serão juntados aos autos do processo. Observe-se que a lei, no art. 16, § 3º, manda juntá-los, e não apenas apensá-los. Destarte, eles passam a integrar o próprio processo que será objeto de julgamento.

18. O maior cuidado do legislador foi o de preservar o juiz do processo da fase de investigação. Daí a regra do art. 17 estabelecer que o juiz que praticar qualquer ato incluído nas competências do art. 15 ficará impedido de funcionar no processo. Estabelece ainda que, nas comarcas onde houver apenas um juiz, as normas de organização judiciária disciplinarão formas de substituição, de modo que se observe a regra de impedimento prevista no art. 17 (art. 678).

Aliás, como é natural, o juiz das garantias será designado de acordo com as normas de organização judiciária da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme o caso (art. 18).

19. Ainda sobre a competência do juiz das garantias, há de ser examinada uma situação especial prevista no art. 24. Refere-se ela ao caso em que o investigado exerce função ou cargo público que determine a competência por foro privativo, que se estenderá a outros investigados na hipótese de crimes conexos ou de concurso de pessoas. Ocorrendo tal situação processual, caberá ao órgão do tribunal competente não só autorizar a instauração do inquérito policial como também exercer as funções do juiz das garantias (art. 24).

Página 27. DOUTRINA - Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal Nº 60 Jun-Jul/2014

20. Incumbe, ainda, que sejam feitas algumas anotações relacionadas com a investigação criminal. O Código de 1941 designava como indiciado aquela pessoa que respondia a um inquérito policial (art. 6º, inciso V), determinando que ele fosse ouvido com observância das regras indicadas nos arts. 185 a 196 do CPP, isto é, os mesmos preceitos que regem o interrogatório judicial. Exigia, no entanto, que fosse o termo respectivo firmado, também, por duas testemunhas fedatárias. O projeto, ao versar sobre a investigação criminal (Título II do Livro I), designa a pessoa que assume a condição jurídica de "investigado" como sendo aquela que responde à investigação a partir do momento em que é realizado o primeiro ato ou procedimento investigativo. Sobre ela pesam indicações de autoria ou participação da prática de uma infração penal, não importando a qualificação formal que venha a ser atribuída pela autoridade responsável pela investigação. A figura do indiciado, entretanto, não desaparece da legislação, pois ela surge quando o projeto se ocupa do inquérito policial (Capítulo III, Seção IV, art. 31). Ali está dito que, reunidos elementos suficientes que apontem a autoria da infração penal, cabe à autoridade policial dar ciência ao investigado, mediante despacho fundamentado, que ele passará à condição de "indiciado", respeitadas todas as garantias constitucionais e legais. Fixa, outrossim, que a condição jurídica de "indiciado" poderá ser atribuída já no auto de prisão em flagrante ou até a fase do relatório final da autoridade policial (art. 31, § 1º). Parece-me, também, que a condição de "indiciado" deve ser conferida ao partícipe, e não somente ao autor, muito embora o art. 31, *caput*, faça referência apenas ao autor.

21. Repete-se, no art. 12, a garantia segundo a qual o mero investigado e seu defensor terão acesso a *todo* material já produzido na investigação criminal, salvo no que concerne, estritamente, às diligências em andamento. Tal garantia já era prevista no art. 20 do Código em

vigor. A ideia de amplo acesso aos autos de investigação tem sua origem no Estatuto da Advocacia e da OAB (art. 7º, XIII, XIV, XV e § 1º, da Lei nº 8.906/94) e, no meu entendimento, pelo excesso que apresenta, torna a investigação criminal cada vez mais difícil ⁵. Na atualidade, a lei explicita que o acesso compreende "consulta ampla" de apontamento, reprodução por fotocópia de peças ou outros meios técnicos (art. 12, parágrafo único), valendo notar que o investigado, por seu advogado ou *outros mandatários*, dotados de poderes expressos, pode entrevistar pessoas buscando fontes de prova a seu favor.

Página 28. DOCTRINA - Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal Nº 60 Jun-Jul/2014

Penso que constitui um risco muito grande para qualquer pessoa ser envolvida em um inquérito policial por mandatários (não se exige, sequer, que sejam advogados!), dotados de poderes expressos pelo investigado, mesmo quando procurada não manifeste consentimento em prestar declarações (art. 14, parágrafo único). As consequências, em tal situação, são imprevisíveis, principalmente quando em jogo crimes praticados mediante violência ou grave ameaça.

22. Das decisões proferidas na fase da investigação pelo juiz das garantias cabe agravo, no prazo de 10 dias (art. 462).

23. Ficam, por agora, aqui registradas algumas anotações a respeito da grande novidade trazida pelo projeto.

TITLE: Guarantee judge.

ABSTRACT: This paper addresses the bill of the new Code of Criminal Procedure, which provides that guarantee judges will take over all functions typically jurisdictional, aiming at ensuring the detachment of the case judge, who is responsible for the decision, and leaving for the substantive recipient of the investigative activity, i.e., the Prosecution Office, the duties that are their own, which means seeking elements to prosecute or not the suspect. As seen in the "Recitals" (item III), "the investigation does not suit and is not aimed at the Judiciary", it is rather focused on the duties of the Prosecution Office.

KEYWORDS: Guarantee Judge. Bill of Code of Criminal Procedure.